



Sumário

Prefácio, xiii

Nota à 3ª edição, xv

Introdução, 1

1 Princípio da legalidade administrativa, 5

- 1 A Administração pública no estado de polícia, 5
 - 1.1 Características, 5
 - 1.2 Legalidade e discricionariedade, 7
- 2 A administração pública no estado de direito, 8
 - 2.1 Período do Estado Liberal de Direito, 8
 - 2.1.1 Princípios fundamentais, 8
 - 2.1.2 O direito administrativo no Estado liberal, 10
 - 2.1.3 Legalidade e discricionariedade, 13
 - 2.2 Período do Estado Social de Direito, 15
 - 2.2.1 Princípios fundamentais, 15
 - 2.2.2 O direito administrativo no Estado Social de Direito, 20
 - 2.2.3 Legalidade e discricionariedade, 23
 - 2.3 Período do Estado Democrático de Direito, 26
 - 2.3.1 Princípios fundamentais, 26
 - 2.3.2 O direito administrativo no Estado Democrático de Direito, 31
 - 2.3.3 Legalidade e discricionariedade: influência da constitucionalização do direito administrativo, 37

2.3.4 Reflexos da constitucionalização do direito administrativo sobre o controle judicial, 43

2.4 Período atual, 47

2.4.1 Princípios fundamentais, 47

2.4.2 O direito administrativo atual, 50

2.4.3 Legalidade e discricionariedade, 52

2 **Discricionariedade administrativa, 61**

1 Conceito, 61

2 Justificação, 62

3 A discricionariedade nas três funções do Estado, 66

4 Localização da discricionariedade, 69

4.1 Discricionariedade nas etapas de formação do ato administrativo, 70

4.2 Discricionariedade na norma jurídica, 72

4.3 Discricionariedade no momento da prática do ato, 73

4.4 Discricionariedade nos elementos do ato administrativo, 73

4.4.1 Sujeito, 74

4.4.2 Objeto ou conteúdo, 74

4.4.3 Forma, 75

4.4.4 Motivo, 77

4.4.5 Finalidade, 78

5 Diferentes maneiras de considerar a discricionariedade administrativa, 80

5.1 Colocações introdutórias, 80

5.2 Evolução no direito francês, 81

5.2.1 Matérias graciosas e contenciosas, 81

5.2.2 Atos de governo e atos discricionários, 81

5.2.3 Poder discricionário, 82

5.2.4 Apreciação crítica, 89

5.3 Discricionariedade nos conceitos jurídicos indeterminados, 90

5.3.1 Noção de conceito jurídico indeterminado, 90

5.3.2 Direito germânico, 91

5.3.2.1 Doutrina, 92

5.3.2.2 Jurisprudência, 99

5.3.3 Direito francês, 101

5.3.4 Direito espanhol, 104

5.3.5 Direito italiano: discricionariedade administrativa e discricionariedade técnica, 106

5.3.6 Direito português, 108

5.3.7 Direito norte-americano: a discricionariedade técnica das agências, 110

5.3.8 Direito brasileiro, 113

5.3.9 Apreciação crítica, 117

5.4 Discricionariedade técnica no direito brasileiro, 119

5.5 Discricionariedade e interpretação, 124

- 5.6 Discricionariedade e mérito, 127
 - 5.6.1 Direito italiano, 127
 - 5.6.2 Direito brasileiro, 130
- 6 Discricionariedade na definição de políticas públicas e o princípio da reserva do possível, 137
- 7 Limitações à discricionariedade administrativa, 147
- 3 O papel dos princípios no direito administrativo, 153**
 - 1 Noções preliminares, 153
 - 2 Princípios informadores do direito administrativo, 156
 - 3 O papel dos princípios na limitação à discricionariedade administrativa, 160
- 4 Princípio da moralidade administrativa, 163**
 - 1 Introdução, 163
 - 1.1 Separação entre Direito e Moral, 163
 - 1.2 Relações entre Direito e Moral, 165
 - 2 Significado, 170
 - 2.1 Direito e moral, 170
 - 2.2 A moral vista em relação aos fins, 174
 - 2.2.1 No direito privado, 174
 - 2.2.2 No direito administrativo, 176
 - 2.3 A moral em relação ao objeto do ato administrativo, 177
 - 2.4 A importância da moral na interpretação e na integração da lei, 180
 - 2.5 A moralidade como limite à discricionariedade administrativa, 184
- 5 Princípio da razoabilidade, 191**
 - 1 Noções gerais, 191
 - 2 Direito argentino, 192
 - 3 Direito francês, 197
 - 4 Direito norte-americano, 201
 - 5 Direito brasileiro, 207
 - 6 Princípio da razoabilidade como limite à discricionariedade do legislador, 214
 - 7 Princípio da razoabilidade como limite à discricionariedade da administração pública, 218
 - 8 Razoabilidade e motivação do ato administrativo, 226
- 6 Princípio da supremacia do interesse público, 229**
 - 1 Noção de interesse público, 229
 - 2 Interesse público como princípio político, 233
 - 2.1 A ideia de bem comum na Idade Média, 233
 - 2.2 As teses contratualistas e o triunfo do individualismo, 235
 - 2.3 A luta pelo bem comum no Estado Social de Direito, 238
 - 3 O interesse público como princípio jurídico, 241
 - 4 A ideia de interesse público no direito administrativo, 243

- 5 Delimitação do princípio da supremacia do interesse público no direito administrativo, 246
 - 5.1 Da inaceitável generalização de seu conteúdo, 246
 - 5.2 Da indeterminação do conceito de interesse público, 249
 - 5.3 A supremacia do interesse público em confronto com os direitos fundamentais: a ponderação de interesses, 251
- 6 Distinções necessárias, 252
 - 6.1 Interesse público e interesse da Administração Pública, 252
 - 6.2 Interesse público e interesse comum, 254
 - 6.3 Interesse público, interesse coletivo e interesse difuso, 254
- 7 Controle judicial do interesse público, 257
- 8 Interesse público e impessoalidade, 259
- 9 O interesse público como limite à discricionariedade administrativa, 260

Conclusões, 263

Bibliografia, 267